

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº /2023
(Da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime
Organizado)

Requer informações ao Ministro de Estado da
Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, a
respeito da grade curricular do Programa de Mestrado
destinado aos profissionais do Sistema Único de
Segurança Pública (SUSP).

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Foi aprovado por esta Comissão, na reunião realizada em 24/10/2023, o Requerimento nº 370/2023, de autoria do Deputado **Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)**, que requer seja encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, o presente pedido de informações a respeito da grade curricular do Programa de Mestrado destinado aos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Dessa forma, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas as informações supra mencionadas ao Senhor Flavio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública.

JUSTIFICATIVA

O Ministério da Justiça e Segurança Pública anunciou em 6/10/2023, cinco editais destinados às Instituições de Ensino Superior Públicas Federais (IFES). A iniciativa prevê a oferta de 830 vagas de pós-graduação *lato e stricto sensu* voltadas aos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).



Os cursos serão executados pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Além da ação, o Ministério também vai abrir vagas para especialização e mais de 100 mil oportunidades em cursos de curta duração, com bolsa de R\$ 900,00.

Com o objetivo de proporcionar a capacitação gratuita, qualificada, integrada e continuada dos profissionais do SUSP por meio de cursos na modalidade a distância (EaD), a Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública, escola virtual do Ministério da Justiça, conta com mais de 95 cursos. ¹

A responsabilidade parlamentar de fiscalizar os atos do Poder Executivo é um dos pilares fundamentais do sistema democrático. Essa função desempenhada pelos legisladores é essencial para garantir a transparência, a eficiência e a legalidade das ações do governo, além de assegurar que os interesses da população sejam atendidos de maneira adequada.

Ainda nesse sentido, a fiscalização parlamentar é exercida principalmente pelos membros do Poder Legislativo, que são eleitos pelo povo para representá-lo e defender seus interesses. Essa tarefa envolve a avaliação constante das políticas, programas e gastos executados pelo governo, bem como a identificação de possíveis irregularidades ou abusos de poder.

Outrossim, é de interesse populacional o acesso à grade curricular desses cursos, assim como, cabe dentre os deveres parlamentares tal fiscalização, o que pode ocorrer neste caso por meio do acesso às informações detalhadas acerca da implementação de tais políticas e programas.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2023.

Ubiratan **SANDERSON**
Deputado Federal
Presidente da CSPCCO

¹ <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-profissional/2023/10/5131583-ministerio-da-justica-oferta-mestrado-para-profissionais-da-seguranca.html>

